

Problemas no estudo etnográfico de objectos fluídos - os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social

José Luís Fernandes*
Maria Carmo Carvalho**

Este artigo parte de uma investigação etnográfica levada a cabo num “espaço perigoso” – lugar relacionado pelos mass media com o sentimento de insegurança no Porto -, não para descrever os resultados da pesquisa, mas para propor uma reflexão acerca do cruzamento dos temas do sentimento de insegurança e da exclusão social no discurso das ciências sociais e humanas.

Traçam-se as principais linhas de construção dos dois temas ao longo do tempo, identificando continuidades e descontinuidades na galeria das figuras e dos espaços que com eles se relacionam. Conclui-se que tanto exclusão social como sentimento de insegurança não são conceitos mas áreas de convergência temática: não têm consistência teórica, carecem de evidência empírica e são dificilmente operacionalizáveis para o planeamento da investigação empírica – são objectos fluídos.

A sobrevivência discursiva destes temas corresponde no entanto à procura de narrativas sobre a vida urbana e os seus grupos-problema – o texto conclui interrogando as significações que são propostas a esse respeito.

Introdução

Há alguns anos atrás iniciámos uma pesquisa empírica que, embora sem partir desse desejo explícito, faria cruzar os temas do sentimento de insegurança e da exclusão social. Decorria o ano de 1996 e, integrados num conjunto de estudos sobre a insegurança urbana no Porto, cabia-nos desenvolver investigação acerca da componente espacial deste fenómeno¹.

Já alguém escreveu que o artificial é natural no ser humano. Se assim é, é natural que consideremos que o mais artificial de todos os contextos de vida - o urbano - é natural. Não seria difícil demonstrar, com o auxílio dos demógrafos, que ele é, ao longo dos sécs. XIX e XX, o contexto que cada vez mais e mais gente frequenta e habita.²

Ora, o fenómeno tipicamente urbano do sentimento de insegurança - a que poderíamos, simplesmente, chamar o medo à cidade - dispõe das suas *áreas naturais* de expressão.³ O medo tem, pois, lugares. E é possível descrever, para uma dada cidade, o

*Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

**Psicóloga do Observatório Permanente de Segurança do Porto

¹ Fernandes, L. e Neves, T. (1997; 1999) *Periferias urbanas, sentimento de insegurança e controle social*. Porto: Observatório Permanente de Segurança. (Vol. I e II)

² Seria bom reflectir na saturação da palavra "cidadania" nos discursos correntes. Parece hoje só haver lugar aos que vivem na cidade - e estamos a expulsar para uma memória nostálgica os aldeãos e essa coisa cada vez mais rara, comunitária e densa, que seria a aldeania.

³ Tomamos aqui *áreas naturais* na acepção original que assumiu na Escola de Chicago: matrizes eco-sociais apropriadas por certos grupos e desenvolvendo padrões sócio-culturais mais-ou-menos estáveis. cf para as "áreas naturais das drogas" - os TP's - Fernandes, 1995, 1999

roteiro das suas zonas de má fama, os poisos frequentados por actores e actividades considerados perigosos, a toponímia dos evitamentos e dos percursos alternativos que o cidadão médio empreende ao deambular pela urbe - expressão clara duma estratégia de prevenção situacional do risco.

Seleccionámos então, nessa altura, uma das zonas do Porto que o discurso mediático mais conotava com os temas que têm construído o sentimento de insegurança: mercado de drogas, concentrações *junkie* de rua, delinquência, degradação físico-ambiental do aglomerado populacional. Eis os contornos dum "espaço perigoso" nas falas quotidianas da cidade: sítio de construção dos rumores insegurizantes que permanentemente reavivam os temas da ordem e da desordem, do equilíbrio e da desestruturação do colectivo - do destino, enfim, da cidade. Foi num destes espaços, um bairro social periférico da zona oriental do Porto, que desenvolvemos uma investigação etnográfica. Não descrevemos aqui os seus resultados⁴. Gostaríamos, em alternativa, de desenvolver uma reflexão sobre os temas do sentimento de insegurança e da exclusão social, cujo cruzamento o trabalho de campo provocou. Andando no terreno, compilámos e descrevemos analiticamente factos, actores e situações que, por um artifício intelectual *a posteriori*, poderíamos dizer demonstrativos da exclusão social e do sentimento de insegurança. Mas o exercício inverso, que consistisse em desenhar uma investigação para ir buscar ao terreno os excluídos, os que ameaçam e os que têm medo, implicaria que os objectos exclusão social e sentimento de insegurança tivessem consistência teórica, por um lado, e evidência empírica, por outro. Ora, como se definem e donde vêm tais objectos? Podemos discernir-lhes, nos discursos sobre os arranjos da cidade, equivalentes ou precursores? Podemos entrever-lhes linhagens e paternidades?

1. A construção das categorias “exclusão social” e “sentimento de insegurança”

Existe uma entidade nos enunciados dos cientistas sociais cuja definição não costuma ser dada mas cujos elementos constituintes se sabe estarem hoje em profunda transformação: a *questão social*. À falta de a vermos definida por outros, proponhamos-lhe nós uma definição provisória: seria o conjunto das linhas de problematização social que, num dado período, alimentam os problemas científicos e as discussões da comunidade dos cientistas sociais. A questão social é a cristalização discursiva de séries dispersas e heterogéneas de eventos que vão escrevendo a micro-história do social - normalmente eventos críticos e problemáticos, cuja analítica deveria permitir ler profundas mutações nos regimes gerais que governam a vida social.

“Até meados dos anos setenta, os contornos da questão social foram delimitados pelas greves operárias e pela acção sindical. Posteriormente, e de forma súbita, foram substituídos pela banlieue e pelos motins urbanos. Com estes, entraram em cena os

problemas da imigração, da delinquência juvenil e da insegurança. Os conflitos laborais deram lugar à exclusão e às questões relativas à cidade. A exploração foi substituída pela segregação. Numa sociedade dual, a luta de classes esbateu-se perante as questões da integração e da marginalidade. (...) Hoje em dia, a exclusão tornou-se o maior problema social.” (Dubet e Lapeyronnie, 1992)

Tanto sentimento de insegurança como exclusão social parecem, pois, ocupar hoje lugar de destaque na questão social. Com tão grande actualidade como seus elementos constituintes, seria pertinente desenhar investigações empíricas que pudessem trazer a lógica científica para o centro do seu debate. Só que a tarefa não se afigura nem simples, nem óbvia. "(...) A noção de excluído está a caminho de sofrer o destino da maior parte dos termos que foram consagrados nos nossos dias pela mediocridade dos modos intelectuais e universitários: está saturada de sentidos, de não-sentidos e de contra-sentidos." (Julian Freund cit. por Bruto da Costa, 1998)

O mesmo poderia ser dito a propósito do sentimento de insegurança. Teria a sua origem no conjunto de fenómenos que tornam um dado contexto de vida inseguro, destacando uma série de trabalhos, para os *settings* urbanos, a criminalidade predatória de rua como o principal facto insegurizante. Ora, "a insegurança não é o terror, mas a probabilidade do imprevisível" (Michaux, citado por Imbert, 1992) A figura a que chamámos insegurança urbana tem afinal um horizonte indiscernível, resultando a sua materialidade exactamente do seu carácter inopinado e insituável. "Conceito particularmente vago, a insegurança pode dizer respeito à inflação, à crise de emprego, como também ao aumento da delinquência ou dos assaltos." (Ackerman, Dulong e Jeudy, 1983) Ou seja, a insegurança urbana é, em primeira instância, sentimento de insegurança: ainda que parta de uma base factual o discurso sobre a insegurança remete-nos para o seu próprio imaginário, constituído pela galeria dos perigos que habitam a urbe. Resistamos, pois, à concepção substancialista da insegurança: ela não é uma "coisa", mas uma ressonância emocional - remete para o medo, e este pertence à esfera do psicológico e do subjectivo. Estamos perante um fenómeno que vive na conjunção de práticas sociais com o psicológico, que é a ressonância daquelas.

Sentimento de insegurança e exclusão social exigem, pois, ser interrogados na sua actual evidência discursiva: mais do que saber o que são, situemo-lhes a construção e o percurso e procuremos o ponto em que se cruzam.

1.1 - Exclusão Social

Tracemos agora o percurso da construção de um conjunto de figuras que desde o período medieval têm vindo a ser alvo de estratégias de marginalização, até à discussão, hoje actual, em torno da exclusão social.

⁴ Remetemos para Fernandes e Neves, 1997, 1999.

Tem-se assistido, nos discursos científico e mediático, a uma profusão de referências aos temas da exclusão, da marginalidade, da pobreza, ..., referências essas que confirmam, aliás, a forma como estes objectos ocupam hoje um lugar central na já referida *questão social*. Reinam, em grande número de casos, o simplismo, a indistinção, a indefinição. Tal poder-nos-á fazer crer, tomando o discurso como manifestação, reconhecendo-lhe um valor em si mesmo, que, de facto, a justaposição entre estes objectos é grande, e que se reinam a indistinção e a indefinição, devemos então tomá-las como evidência de que estamos perante um mesmo tipo de fenómenos. É possível, todavia, desenvolver um exercício que ensaie a desocultação do processo de construção histórica destas questões, que reconhecemos dependente de um conjunto de figuras, sentidas pelas diferentes sociedades, nos diferentes momentos históricos, como ameaças à ordem social, como geradoras de inquietação. Procuraremos situá-las, esclarecendo as dimensões com relação às quais foram sendo definidas, identificando actores, grupos, contextos, tentando estabelecer linhagens e identificar regularidades discursivas à medida que nos aproximámos do momento actual do discurso em torno da exclusão social. Quem sabe para que no final possamos concluir, como L. Wacquant, que os investigadores resistem pouco “à tentação de (re)descobrir periodicamente novas categorias, nos recantos mais baixos do espaço urbano”. (Wacquant, 1996)

- *Leprosos, Mendigos, Loucos* -

Quais são os alvos das estratégias de marginalização no período histórico que vão da alta idade média ao declínio do sistema feudal e ascensão burguesa? Que critérios lhes subjazem e que paralelos podem ser estabelecidos com a actual identificação de figuras e actores destes fenómenos? Estamos, neste período histórico, e em última análise, perante fenómenos de exclusão, marginalidade ou pobreza? Auxiliar-nos-ia a definição prévia do que entendemos por exclusão, marginalidade, pobreza... Não se afigurando óbvio, por razões que se prendem com os contornos epistemológicos destes objectos procuremos, todavia, uma *definição* de marginalidade, uma vez que os autores que se dedicaram à caracterização destes fenómenos neste período histórico, assim parecem designá-los.

R. Castel (1996) refere-se ao “*continuum* de situações vulneráveis partilhadas por vastas camadas de população que constituem o terreno da marginalidade social” e às fronteiras indiscerníveis que indiciam o que é um “grupo marginal”; desta forma é bastante heterogéneo o conjunto de figuras que integram estes *grupos marginais* no período a que nos reportamos (mendigos, criminosos, profissões infames) à semelhança do que hoje acontece, por exemplo, se tomarmos o fenómeno do *underclass* nos EUA, como L. Wacquant (1996) o descreve: amálgama de categorias percebida como ameaça, indissociavelmente física, moral e fiscal, à integridade da sociedade urbana.

Mas de onde advém o carácter ameaçador, a inquietação gerada por estas figuras no período a que nos reportamos? Não estando ainda estabelecido o valor pelo trabalho, nem presente a importância que este virá a ter enquanto critério de adaptação social estamos perante formas de marginalidade que obedecem a um critério essencialmente espacial – a *marginalidade espacial* descrita por Manita (1998) Esta diria respeito à inquietação que representam, para as populações confinadas nos burgos feudais, toda a espécie de figuras (humanas ou não) habitantes das florestas envolventes – moleiros e lenhadores que habitam estes espaços em virtude do tipo de actividades que desenvolvem, feras, faunos e demónios que alimentam o imaginário popular, vagabundos, salteadores e eremitas, etc. (Manita, 1998)

Outra figura, que condensa um outro tipo de ameaça é descrita por M. Foucault (1972): o leproso e as estratégias que conduziram ao seu confinar nas leprosarias. Este movimento é descrito como uma forma de exclusão⁵, e não obstante o desaparecimento da doença no final da idade média (com o consequente esvaziamento das leprosarias), a figura persistirá no imaginário colectivo, com um conjunto de valores e imagens associados. Desaparecido o leproso, as leprosarias permanecerão todavia, (espalhadas por toda a Europa e em grande número) transformadas, poucos séculos mais tarde, em palco para “jogos de exclusão” semelhantes, dirigidos agora a outras figuras: o pobre, o vagabundo “correcionável” e as “cabeças alienadas” – alvos de estratégias de divisão vigorosa, manifestações duma determinada forma segregação, a pretexto de regeneração espiritual.⁶

Com o séc. XV assiste-se, então, à ascensão da burguesia e a transformações nas dimensões que permitem identificar as figuras da marginalização. Para tal interfere não só a emergência de novos valores associados ao trabalho (que passa a ser critério de inserção social, de identidade, de definição de estatuto) mas também todo o investimento em torno da urbe, que sofre um impulsionamento após o marasmo que lhe havia sido devotado por um feudalismo de contornos essencialmente rurais (Manita, 1998) Antes dispersos pelas florestas circundantes, estes actores do desassossego passam a concentrar-se espacialmente neste novo terreno, agora como ameaças à tranquilidade e ordem da cidade.

Tomando o trabalho como analisador dos novos critérios da marginalização (*marginalidade laboral*), encontramos um duplo movimento: num primeiro momento, a marginalização dos protagonistas de profissões consideradas infames (*marginalidade de ofício*) – tintureiros, carniceros, carrascos, usurários...; num segundo momento é já a ausência de um ofício, seja ele qual for, que é critério de marginalização (*marginalidade de ócio*)

⁵ Não se tome, nesta referência de Foucault à *exclusão*, o sentido que hoje rodeia o termo, enquanto designação para um conjunto de fenómenos representativos de uma certa desorganização social; a *exclusão* foucauldiana remete para o acto-poder que conduziu ao enclausuramento, inicialmente do leproso, e depois do louco e do criminoso.

⁶ Ao louco, “cabeça alienada”, estará destinada uma estratégia ambígua: a sua entrega a barqueiros e mercadores que viajavam de cidade em cidade, *perdendo-os* por vezes noutros destinos... (Daqui resulta a imagem da “nave dos loucos” (*Stultifera navis*), analisada por Foucault) Dizemos ambígua porque, ao que parece, esta forma de tratamento da loucura estaria reservada aos loucos estrangeiros, uma vez que as cidades aceitavam ocupar-se e arcar com os custos relativos à sobrevivência dos seus próprios loucos, fazendo supor a existência de um esforço de integração destas figuras.

(Manita, 1998) Começa aqui o controlo do trabalho e da ociosidade e a discussão que permanecerá até aos nossos dias, em torno do “bom pobre” e do “mau pobre”.⁷ Ainda que de forma difusa, começam a diferenciar-se dois tipos de situações, ao longo de um mesmo *continuum*: o conjunto formado por todos aqueles que estão mal situados na posição social, que roubam por necessidade material e de sobrevivência e os *verdadeiros* marginais, em estado de exclusão – são as “situações vulneráveis” que refere Castel, que representam ameaça à ordem social pela sua *exterioridade* face ao património e ao trabalho regulamentado (sobrevivência pela mendicidade, tolerável se há impossibilidade para trabalhar; intolerável se essa capacidade existe), pela sua *mobilidade incontrolada*, pela sua errância e circulação, pela sua incapacidade em se fixar (como o camponês ou o artesão), a vagabundagem que transforma o marginal num desafiliado e, por último, a *forma atípica* de se relacionar familiar e afectivamente, a instabilidade da sua vida sexual e social, que são consequência dessa impossibilidade em se estabelecer. Por todas estas razões, este *marginal* difere significativamente do *pobre*, que vive integrado, circunscrito ao seu lugar, que aceita a mediocridade da sua condição, que faz parte, em suma, da ordem do mundo (Castel, 1996) Ou seja, o mendigo é o sujeito que entrou em ruptura com o padrão de vida da camada populacional pobre – que deixou de jogar as suas regras (o trabalho, a vida familiar, com os respectivos espaços) e que se adaptou a novas regras (o pedir, o habitar o espaço de rua)

É aqui que podemos situar a forma como os dois fenómenos (marginalidade e pobreza) começam por afastar-se, nos seus contornos, na descrição das suas figuras, na reacção social que suscitam – a partir deste momento (que R. Castel situa entre o séc.XIV e o séc. XVIII) parece tornar-se claro que pobreza e exclusão não são sinónimos, não obstante a indistinção com que continuam hoje a ser referidos.

A pobreza será alvo de lógicas e estratégias de tratamento que se alterarão com o desenvolvimento das sociedades ocidentais no período em análise, em dois grandes momentos: o mercantilismo e a revolução liberal, esta última introduzindo uma nova racionalidade na sua gestão, uma “nova concepção de pobreza” (Procacci, 1996) Votada que estava à protecção da caridade religiosa durante o mercantilismo, a pobreza vai ser alvo de uma estratégia que a autora classifica como *inclusão*⁸, na medida em que o liberalismo (séc. XVIII/XIX) exercerá um esforço no sentido de a integrar na ordem social, afastando-a da apropriação a uma questão de ordem pública (face aos fenómenos de mendicidade e vagabundagem associados), impondo uma nova racionalidade à sua gestão (o que vem no seguimento de toda uma reforma social da organização produtiva – a emancipação pelo trabalho e o reconhecimento de que todos, incluindo o pobre, podem participar dessa valorização económica) Confrontando-se com a impossibilidade de eliminar com eficácia o

⁷ A este movimento não serão alheias as estratégias do bio-poder, visíveis também a partir das alterações no poder de punir, com reconhecimento das possibilidades de rentabilização dos corpos pelo Estado. (Foucault, 1976)

⁸ A pobreza teria, na sua origem, um problema de *inclusão* que é necessário identificar para entender a transformação no sentido da lógica actual que a situa com relação a estratégias de *exclusão* (Procacci, 1996)

fenómeno, acabará por reconhecer a existência de uma *pobreza natural*, signo da desigualdade original entre os homens, indissociável do processo de civilização e que não constitui ameaça social.

Uma estratégia importante desta alteração na concepção da pobreza introduzida pelo liberalismo foi a retirada do monopólio das ajudas à caridade cristã (porque esta desmoraliza, encoraja o pobre a permanecer pobre desaproveitando o seu potencial de riqueza), introduzindo a *assistência pelo trabalho* (a ética do trabalho, a garantia ao seu acesso, como princípios do assistencialismo) A impraticabilidade duma implementação bem sucedida destas estratégias (impossibilidade em assegurar trabalho ao pobre, o que vai contra a lógica de mercado emergente) acabará por favorecer a introdução de um critério moral na leitura social da pobreza. Esta é a transformação que se antevê quando surge o interesse pela análise dos seus comportamentos sociais, por exemplo⁹. A interpretação moral da pobreza passa a exigir distinções entre “pobres merecedores de ajuda” (submissos, prontos a aceitar o que lhes reserva o sistema produtivo) e “pobres não merecedores de ajuda” (vagabundos e mendigos, figuras inúteis, fantasmas do Antigo Regime na nova sociedade) (Procacci, 1996) Não mais vítimas passivas da desigualdade, os pobres passam a portadores de associabilidade, a perigo social activo, a *classe perigosa*.

- *Classes laboriosas, classes perigosas, resíduo social* -

É na continuidade desta conjuntura (que faz reportar ao trabalho, critério estrutural, as definições de marginalidade e a identificação das suas figuras) que estamos em condições de rever o impacto da Revolução Industrial para o exercício que nos ocupa. Esta trará um contributo bastante determinante na delimitação das posições do trabalhador e do marginal, que passarão a ser símbolos de um mesmo tipo de ameaça para a sociedade do progresso industrial, regida pela moral vitoriana do séc. XIX. Aqui, um determinado tipo de emprego (o mais desclassificado) cruza-se com um determinado tipo de figuras (muitas vezes populações emigrantes e do campesinato), concentrando-se actividades laborais e criminosas em determinados pontos da cidade (Chevalier, 1984) – o *East End* londrino ou o bairro *Saint Denis*, no caso parisiense, são disso representativos. A flutuação entre uma actividade e outra acontece com relativa facilidade, estando aberto o terreno à associação *classes laboriosas*,

classes perigosas (Chevalier, 1984) com base num triplo critério: o estrutural (porque relativo às transformações na esfera produtiva, com o desenvolvimento industrial), o espacial (dada a coexistência, em certas zonas da urbe, de ambas as actividades) e o que remete para a descrição dos actores envolvidos.

A revolução industrial, que permitiu integrar os marginais desafiados do período pós-feudal (vejam-se as estratégias implementadas pelo liberalismo, atrás descritas), é também uma época de pauperização do trabalhador industrial, sinónimo de grande vulnerabilidade para uma extensa franja populacional (Castel, 1996) E é, para além disso, o período em que podemos situar a grande explosão urbana que rodeia o desenvolvimento industrial, transformando a cidade, simultaneamente, em motor de progresso e *pesadelo de desordem* (Graham e Clarke, 1996) Combinados os dois factores assiste-se à concentração do novo operariado, vivendo em condições de miséria, em determinadas zonas da urbe, habitualmente centrais (são disso exemplo as referências à *inner-city* londrina), focos concentradores de um conjunto de actividades marginais, habitados pelas *classes perigosas*. As populações normalizadas, pela sua parte, actuam em consonância com uma *topologização* da desorganização social – i.e., associam a um conjunto de figuras, uma determinada zona da cidade, interpretando este conjunto como determinante para a materialização de uma extensa panóplia de ameaças: ameaça à saúde pública (pela insalubridade das suas condições de vida), ameaça à ordem pública (pelo risco de *contágio* das classes laboriosas respeitáveis, com as suas ideias políticas *perigosas*), ameaça à ordem moral (pelo desrespeito dos princípios de sobriedade e autodisciplina vitorianos), ameaça à ordem legal (pelos padrões marginais de emprego, mendicidade, criminalidade), em suma, pela ameaça que constituem a toda uma conjuntura de progresso. A combinação destes tipos de ameaças, recaindo sobre um conjunto de figuras facilmente identificável, até porque geograficamente circunscritas, introduz uma percepção geral de perigosidade e também a ideia de *resíduo social*, o submundo descrito, oposto à classe trabalhadora respeitável. (Graham e Clarke, 1996)

Antes alvo dum esforço de inclusão, o pobre urbano passa a ser visto como perigoso. Os seus hábitos e costumes contrastam fortemente com os da classe média e fazem recair sobre si um sentimento de *estranheza*, traduzido pela ideia do “alien”. E as descrições da época sobre os lugares habitados pelas *classes perigosas*, combinam as características físicas degradantes daquele contexto, com a condição moral dos seus habitantes, cristalizada agora sob a forma de degeneração que ameaça expandir-se a toda a raça britânica, face ao crescendo

⁹Será a filantropia (cuja emergência G. Procacci situa na primeira metade do séc. XIX) a responsável pelo desencadeamento dos mecanismos morais de resposta aos problemas da nova organização económica, e que se dedicará à procura de *causas para a pobreza*, incluindo as análises do ponto de vista da associalidade.

de desadaptados da sociedade¹⁰. Opera-se, assim, uma segregação que é simultaneamente social e espacial (prósperos vs empobrecidos; pessoas respeitáveis vs pessoas não merecedoras de qualquer respeito; locais seguros vs locais inseguros; Jones citado por Graham e Clarke, 1996)

Em suma, a questão laboral é, uma vez mais, critério de marginalização; e o pobre deixa de ser vítima, para se transformar, à luz da ordem social, em classe perigosa: antes vítima, porque exposto e vulnerável à conjuntura económica que necessita de si enquanto mão de obra, mas que explora, que remete para a margem; classe perigosa porque vê as condições sub-humanas que rodeiam o seu modo de vida serem transformadas em traços de personalidade, em degeneração, em desvio - o *lumpenproletariado*, que incorpora a já velha associação entre miséria, crime e associabilidade de que fala Castel (1996) Eis como um critério estrutural evoluiu no sentido duma caracterização psicológica dum conjunto de figuras da marginalização, tendência que irá repetir-se, como veremos, com a figura actual do *underclass*.

- Cultura da pobreza, *underclass*, exclusão social -

Como temos vindo a demonstrar, a existência de figuras em torno das quais se desenvolveram estratégias de marginalização tem sido uma constante nas sociedades do mundo ocidental, pelo menos desde a Idade Média. Não obstante, assistimos hoje à já referida insistência discursiva em torno da exclusão social, como se de um fenómeno novo se tratasse. Que se entende hoje por exclusão social, tal como é referida pelo discurso científico e como se demarca da questão da pobreza, a que é frequentemente assimilada? Que paralelos podem ser traçados entre estes actores que temos vindo a referir, e as figuras e formulações contemporâneas em torno da pobreza, da exclusão social e da marginalidade?

Ensaando respostas, voltemos a R. Castel, agora referido por Bruto da Costa (1998), e que define exclusão social como “a fase extrema do processo de ‘marginalização’, entendido este como um processo ‘descendente’ ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade” – um ponto relevante desse processo seria a ruptura com o mercado de trabalho e a fase extrema em que se atingem rupturas familiares e afectivas. (Ou seja, vemos aqui claramente apresentada a diferença que existe entre processo de marginalização e o seu resultado final - a exclusão social) O próprio Bruto da Costa (1998) situa exclusão social na sua relação com a cidadania, entendendo esta como o acesso a sistemas sociais básicos (o social, o económico, o institucional, o territorial, o das referências

¹⁰ Sentimentos estes a que não é alheia a emergência da “eugenia”, inspirada no darwinismo social, em

simbólicas), acesso esse que se exprime sob a forma de relação, e que estará comprometido nas situações de exclusão social. S. Paugam (1996) atribui o sucesso da noção de exclusão social à colocação da tónica (ainda que implicitamente) na *crise do vínculo social*, que veio dar um novo sentido ao tema da desigualdade. Em suma, parece ser pelo vector da perda de vínculos e do acesso a esferas que são o garante da inclusão na ordem social, que se apresentam estas definições.

Mas outro exercício, que não o da definição, reside em qualificar-lhe os contornos e conhecer-lhe a origem. Parece existir algum consenso no que toca a situar a sua emergência no discurso político comunitário do início dos anos 90 (Bruto da Costa, 1998), momento em que se pode assinalar a transição para uma análise dos processos que conduzem certos grupos a situações extremas (Paugam, 1996). Nos anos 60, período de expansão económica e bem-estar, não existe tanto a referência a exclusão, mas a *inadaptação social ao progresso* – são as teses liberais que afirmam a pobreza voluntária, fenómeno individual. Com os anos 70 e com o crescimento do tema do desemprego (que Paugam relaciona com a crise do petróleo), a pobreza começa a estar associada a precariedade e vulnerabilidade – decresce o tema da *inadaptação social*, não se tratando aqui de populações marginais, mas de grupos adaptados que são vítimas de uma conjuntura. Mas também não é aqui que podemos situar, ainda, a emergência da referência a *exclusão*, uma vez que o discurso da época utiliza terminologia que acentua a questão da precariedade e opta por fazer referência aos “novos pobres”. A análise do processo de transição desde a *precariedade* à *exclusão* faz-se em torno da questão do acúmulo de *handicaps* e da ruptura progressiva de laços sociais, o que introduz uma visão dinâmica e processual sobre este fenómeno (Paugam, 1996)

O discurso político, todavia, pretendia apenas substituir, com a *exclusão social*, as referências à *pobreza*. O que aconteceu, efectivamente, foi que a clarificação conceptual entre estes dois objectos nunca se deu com clareza (Bruto da Costa, 1998), não obstante dispormos de alguns contributos que nos permitem fazê-lo. Em primeiro lugar atentemos no facto de exclusão remeter, hoje, não só para a questão da privação material, como também para degradação moral e dessocialização (Paugam, 1996; Donzelot e Lapeyronnie, 1999) Ora esse desligamento e desintegração não estão necessariamente presentes em todas as formas de pobreza, o que constitui, aliás, discussão antiga no discurso da ordem social, que cedo tentou clarificar as diferenças entre “bons pobres” (merecedores de ajuda) e “maus pobres” (não merecedores de ajuda) Em segundo lugar, toda uma linha de investigação sobre o fenómeno tem vindo a caracterizá-lo de um ponto de vista “positivo” se quisermos, referindo pobreza

enquanto modo de vida, fenómeno de cultura, com códigos, linguagem, história e valores próprios. Tomemos O. Lewis (1961) e a “cultura da pobreza” como representativos desta abordagem: “A palavra cultura em antropologia significa essencialmente um esquema de vida que passou de geração para geração. Quando aplico o conceito de cultura ao estudo da pobreza, pretendo unicamente chamar a atenção para o facto de a pobreza nas nações modernas não ser só um estado de privação económica, de desorganização ou de falta de coisas, mas também algo de positivo no sentido de que possui uma estrutura, uma *ratio* e mecanismos de defesa sem os quais os pobres não conseguiriam subsistir.” (Lewis, 1961)¹¹. Em terceiro, apoiamo-nos ainda em O. Lewis a propósito da necessidade de identificar diferentes tipos de populações afectadas pela pobreza: reconhecer, por um lado, a existência de uma “pobreza estrutural” referida pelo autor, que existe e é necessária em todas as sociedades, emergente nos períodos de grande transição, de que é exemplo a transição do feudalismo para o capitalismo; e a pobreza que resulta de uma mobilidade social descendente, de contornos não estruturais, em que se trata sobretudo de um processo (e não de um estado) que pode caminhar no sentido da recuperação (sobretudo económica) dos atingidos ou, pelo contrário, a aproximar-se e fundir-se nessa pobreza estrutural, com uma progressiva incorporação dos seus códigos e valores.

Lembremos como G. Procacci (1996) situava a pobreza inicialmente enquanto questão de inclusão (na nova ordem liberal), analisando como na actualidade ela é de novo remetida para a exclusão. Efectivamente, a centração do discurso actual na exclusão social permitiu que esta passasse a funcionar como etiqueta sob a qual se misturam todos os tipos de marginalização, incluindo a pobreza, que terá caído para o fundo do debate como categoria indistinta. Este parece centrar-se em torno da economia, do direito e da cidadania, processando-se, todavia, num vazio teórico – e “excluída, a pobreza já não terá muito a dizer, por sua vez, sobre os processos de desigualdade que atravessam o corpo social”. (Procacci, 1996) Desta conjuntura são tributárias pelo menos duas figuras actuais da exclusão – o *underclass* e a *galère*, para evocar as realidades norte-americana e francesa, respectivamente – representativas, pela sua heterogeneidade, pelo tipo de discursos que evocam, quer da emergência de velhas questões através de *novas* figuras, quer ainda do carácter difuso do fenómeno da exclusão social na actualidade.

¹¹ Combinando simultaneamente elementos culturais e estruturais, a “cultura da pobreza” esteve, juntamente com a emergência do *underclass*, associada a uma preocupação comum com as manifestações persistentes da pobreza nas sociedades ocidentais, vindo mais tarde a perder terreno para o debate em torno da noção de *underclass*. (Morris, 1996)

O termo *underclass* foi criado por Gunnar Myrdal em 1963 (Wacquant, 1996; Morris, 1996) O autor pretendia, assim, *desmascarar* a ficção da sociedade americana da riqueza e liberdade de oportunidades do discurso da época, afirmando as consequências incontornáveis de um tal desenvolvimento e prosperidade: as profundas transformações da estrutura socioprofissional e do mercado de trabalho, com o aparecimento de franjas de população que passaram a constituir mão-de-obra desqualificada, processo este inerente ao aumento da produtividade e do acesso ao ensino e formação especializados - limitou-se, desta forma, a chamar a atenção para a emergência de populações que, pelo seu reduzido nível de educação e competências, passam a estar vulneráveis ao desemprego crónico e ao sub-emprego, dando corpo a um crescendo de inintegráveis. (Wacquant, 1996; Morris, 1996) Desta forma, o *underclass* antevisto por Myrdal, com critérios de delimitação essencialmente estruturais, não constituía uma “realidade efectiva” (enquanto faixa de população caracterizável em termos de um conjunto de traços, por exemplo) mas somente uma “ameaça” à sociedade do progresso pós-industrial. (Wacquant, 1996)

A esta apropriação do *underclass*, que o situa enquanto vítima das transformações na esfera socio-económica, vai suceder-se uma outra que passará a perspectivá-lo enquanto categoria perigosa e verdadeira ameaça à ordem social – é a “apropriação comportamental do *underclass*” de que fala L. Wacquant (1996), que pode ser situada, de um ponto de vista mais lato, na queda do debate em torno da “cultura da pobreza”. Ou seja, a transição da discussão para a noção de *underclass*, desvirtuada já da conotação originalmente atribuída por G. Myrdal e sem a ênfase nas características que conferem uma identidade a estas populações, destacadas por O. Lewis, trouxe consigo uma caracterização em torno das mesmas figuras, centrada agora em dimensões de conotação negativa, em torno da desorganização, do disruptivo, da incapacidade, da patologia... (Morris, 1996) “(O *underclass*) passa a caracterizar-se menos pela falta de rendimentos, de possibilidade de emprego ou de mobilidade socio-económica, e mais pelos *comportamentos antissociais* que os fazem divergir do *mainstream* da sociedade americana. (...) (protagonista de um) conjunto de comportamentos tidos como contrários à ética americana.” (Wacquant, 1996)

Os anos 80 são o período do grande desenvolvimento da literatura e da discussão pública em torno do *underclass*, a que não é alheia a concomitante apropriação mediática da figura, que contribuiu de forma determinante para a cristalização da sua componente disruptiva, degenerativa, associal: “(...) apesar de não existirem cálculos precisos, estima-se que cerca de 9 milhões de americanos não são *assimilados*. São a *underclass* e, genericamente, podem ser agrupados em quatro categorias distintas: os pobres passivos que

recorrem ao assistencialismo; os criminosos de rua perigosos que aterrorizam as cidades, frequentemente jovens toxicodependentes ou que abandonaram a escola; os *hustlers*, que poderão não ser pobres, mas que vivem de uma economia subterrânea, raramente cometendo crimes violentos; os alcoólicos traumatizados, os sem-abrigo, os vagabundos, os doentes mentais, que vagueiam pelas ruas das cidades.” (Ken Auletta, repórter, citado por Graham e Clarke, 1996) Esta descrição permite avaliar da forma como uma nova etiqueta passa a recobrir uma variedade de situações, de grupos ameaçadores, com muito pouco em comum a não ser o facto de todas convergirem para “a discussão contemporânea sobre os ‘problemas urbanos’ e os ‘problemas sociais’” (Murray citado por Graham e Clarke, 1996)

Trata-se, então, de interpelar a noção de *underclass*, atendendo pelo menos a dois pontos de vista. Por um lado, até que ponto não estaremos perante expressões novas de preocupações antigas, que encontramos materializadas de forma muito evidente nas descrições em torno das classes perigosas do séc.XIX.¹² É esse o ponto de vista defendido por Graham e Clarke (1996), que perspectivam o *underclass* enquanto “encarnação”, no séc. XX, das ansiedades, medos e receios que rodeavam as classes perigosas no séc. XIX. Tal como antes acontecia com estas, o *underclass* remete hoje, de forma difusa, para as questões da desorganização, da desordem, da desmoralização, no coração da cidade contemporânea; e evoca, ainda e uma vez mais, a questão do “outro” enquanto “presença desordenada e não assimilada pela cidade”, permitindo à classe dominante confirmar as dimensões em que difere relativamente a uma maioria e dissipar as diferenças entre os vários grupos que supostamente o constituem – “O *underclass* condensa uma variedade de perigos permitindo a separação entre o ‘nós’ e o ‘eles’”(Graham e Clarke, 1996) E, assim como as classes perigosas, também constitui exemplo de como um grupo que começa por ter definições e contornos estruturais, acaba por se transformar em categoria descrita por referência a degeneração, degradação, patologia. Por outro lado, é possível questionar a sua existência enquanto grupo, expondo a multiplicidade, fluidez e heterogeneidade dos critérios que presidem à sua caracterização – essa parece ser a opção de L. Wacquant (1996), quando relaciona esses mesmos critérios com dimensões como o mercado de trabalho, as atitudes dominantes face ao sexo e ao matrimónio, o Estado e suas funções de educação, formação e gestão de populações frágeis ou *perigosas*, a divisão do espaço urbano.

¹² A mesma dinâmica está presente quando, no cenário francês, assistimos à discussão em torno da figura da *galère*. Num exercício com paralelo àquele desenvolvido por Graham e Clarke a propósito do *underclass*, também F. Dubet e D. Lapeyronnie (1992) reconhecem, na *galère*, uma “nova classes perigosa”, tributária da que foi descrita por L. Chevalier para o séc. XIX.

Finalmente, e recuperando a discussão em torno da exclusão social, tomemos as advertências que o autor expõe quando contrasta as duas noções, no sentido de explicar a que se deve, não obstante a indefinição que as rodeia, tamanha popularidade nos discursos mediático e científico. A explicação terá de ser encontrada no facto de permitirem aos que as invocam, traçar as fronteiras dos grupos consoante os seus próprios interesses ideológicos; mascarar a proliferação das populações em carência, fruto da reestruturação em curso no capitalismo ocidental; criar, em torno de uma classe a que corresponde um “grupo fictício”, uma imagem *daquilo que não se deve ser*; ... (Wacquant, 1996) Tal como a noção de *underclass*, a “exclusão social” arrisca-se, também ela, a “transformar-se num obstáculo à compreensão das dinâmicas sociais que alimentam a perpetuação da miséria, violência e abandono urbanos nas sociedades” (Wacquant, 1996)

1.2 Sentimento de insegurança

O sentimento de insegurança é o reflexo psicológico resultante da insegurança urbana. Ora, esta é, como já vimos, uma etiqueta de contornos mal definidos onde cabem desde os acidentes rodoviários ao desemprego, desde as bolsas de marginalidade ao mercado das drogas, desde o assalto de rua às incivildades. O sentimento de insegurança pode, portanto, ancorar-se em múltiplos pontos das incertezas que povoam a vida nos grandes aglomerados. Mas, desde os anos 80, é notória a tendência a ser construído em torno da delinquência e da violência predatória de rua.

Se procurarmos o fio desta aliança entre sentimento de insegurança e crime/incivildades, dar-nos-emos conta de que ela é já esboçada com nitidez desde que as cidades se expandem ao longo de todo o séc. XIX, por efeito do crescimento demográfico resultante da revolução industrial.

- *Vadios, ociosos, classes perigosas* -

A organização industrial da sociedade, fortemente incrementada ao longo de todo séc. XIX, exige um novo princípio de ordem: a disciplina do trabalho. Sucessivas vagas de migrantes serão sujeitas a ela, fornecendo a matéria prima para “a ordem e o progresso” – ideais da sociedade novecentista. Este ideal repousa no exercício da razão e na docilização dos corpos e dos espíritos. A sua tradução na esfera laboral terá o seu momento alto na “organização científica do trabalho” e nos critérios de adaptabilidade do indivíduo à máquina, à temporalidade exigida pela linha de montagem e ao desempenho laboral implicado num dado posto de trabalho.

É justamente no contraste com estes princípios de ordem que as figuras tão antigas do vadio e do ocioso ganham nova actualidade, passando, ao serem o oposto da ordem urbano-industrial, a revestir-se de perigosidade. “A inquietude liga-se (ao longo do séc. XIX) à massa de crimes pequenos e pouco esclarecidos, às incivildades, que aumentam nesta época. “(...) O problema do controle do errante tomou uma acuidade particular com o duplo movimento da industrialização e da urbanização” (Lagrange, 1995)

A mão-de-obra que afluí à cidade faz desta, simultaneamente, o palco do desenvolvimento e da desordem. No final do séc. XIX é já explícita a associação entre crime, medo do crime e cidade: “A *inner-city* torna-se lugar simbólico do perigo e do medo” (Graham e Clarke, 1996) – cenário do *underworld* e das classes perigosas.

Em Portugal, a figura do vadio conhece uma importante alteração no séc. XIX – e também entre nós por efeito da industrialização. “Estamos no início do período dito da *Regeneração*, que de acordo com Oliveira Martins designa *capitalismo*. Trata-se de um longo período de pacificação política, depois da Guerra-Civil e da instabilidade da primeira metade do século, que vai até 1890 e que fica marcado pelo “progresso” material (construção de estradas, abertura do caminho de ferro, etc.), associado a um vasto programa de trabalhos públicos” (Fatela, 1999) É neste contexto que, com o código penal de 1852, assume um carácter sistemático a luta contra a mendicidade e a vagabundagem. O vagabundo é classificado a partir de um duplo critério: ociosidade associada à ausência de recursos e falta de pertença comunitária. O vadio entra na categoria de vagabundo (“aquele que não tem modo de vida conhecido”) “Ele encarna assim as mesmas obsessões e é tornado objecto dos mesmos julgamentos morais cristalizados sobre o vagabundo desde a Idade Média no Ocidente. (...) O vadio adquire no curso do século passado um estatuto jurídico que modifica profundamente o modo de o apreender e cobre um campo mais vasto do que aquele que remete para a definição tradicional de vagabundo. Torna-se assim a figura emblemática de rebeldes e inassimiláveis à ordem social e carceral.” (Fatela, 1999)

É detectável em Portugal o mesmo fenómeno que vimos nos países mais industrializados: “Desde há algum tempo, face a um sentimento de insegurança crescente e ao aumento da pequena criminalidade urbana (roubos, violências físicas, etc) reclamava-se expressamente uma lei idêntica à lei de Waldeck-Rousseau. “(...) a repressão acentua-se em 1890 com o julgamento em ‘processo sumário’ de vagabundos e reincidentes detidos em flagrante delito” (Fatela, 1999) As autoridades procedem à *relegação*: envio destes “anti-sociais” para as colónias africanas – testemunho da dinâmica de exclusão que se inicia nesta época.

Esta dinâmica de exclusão seria facilmente visível se analisássemos uma outra figura ameaçadora: o degenerado. O asilo de alienados será a resposta a um pedido de defesa social perante os crimes cometidos por “loucos furiosos”, “loucos morais”, “epilépticos”, “alcoólicos”, “monomaniacos homicidas”... A psicopatologia emergente na época catalogará

estes “degenerados”, produzindo classificações nosográficas abundantes. Os indivíduos assim classificados representam sempre uma dupla ameaça: ao outro e à cidade, por um lado; e à espécie humana, por outro (justamente em razão da sua degenerescência, autêntica falha biológica) Sobre o alienado, diz um especialista do Hospital Conde Ferreira: “O alienado é instintivo, agressivo, desconfiado, sórdido em seus desejos, imundo em seus hábitos, destituído de pudor, descarado em seus amores e absolutamente insusceptível de submeter-se a preceitos morais”¹³

Em síntese, vagabundos, vadios, actores do “resíduo social”, trazem o medo à cidade. O fim da Idade Média e o Renascimento implicam um afastamento do homem em relação à natureza e ao divino. Em consequência, a estrutura dos medos desnaturaliza-se e seculariza-se: deixa de estar centrada nas doenças e nas catástrofes naturais ou nos bichos e faunos que povoam as matas; deixa também de ser castigo infligido colectivamente e individualiza-se. O medo à cidade deve, pois, ser inscrito no culminar do afastamento dos medos em relação à natureza: “o homem vai adquirir uma consciência de si como entidade separada da natureza” (Lagrange, 1995)

O risco individualiza-se, “o que é um factor intelectual decisivo na formação do sentimento de insegurança concebido como um medo secular e pessoal associado às ameaças para com a integridade física” (Lagrange, 1995)

Fonseca (1998), numa revisão dos vários autores que trataram historicamente o tema da violência (Foucault e o espectáculo punitivo da execução penal; Elias e Lipovetsky e a suavização dos costumes; Chesnay sobre a alteração das formas de violência; Lagrange sobre a evolução da apreensão securitária e do sentimento de insegurança), refere que “o medo do crime ancora agora (séc.XIX) numa nova coligação de perigos: o roubo e o estranho. (...) Surge um sentimento de insegurança concebido como mistura duma preocupação em relação ao crime e aos seus actores e um medo pessoal”.

Podemos, enfim, situar o medo moderno por referência a dois processos que atravessam toda a modernidade: o da individualização, que desloca o medo do biológico (medo da morte pela doença e pela catástrofe), para a esfera psicológica do sujeito desafiado da antiga comunidade; e o da suavização dos costumes que fez retrain o crime de sangue e deu espaço ao roubo protagonizado pelas classes perigosas. O carácter predatório dos actos e o anonimato do agressor eram agora os ingredientes ameaçadores – o séc. XIX é pois já plenamente o tempo de um sentimento de insegurança composto dos mesmos elementos com que o construímos hoje.

- *Drogados, delinquentes, underclass* -

¹³ A. Maria de Senna, “Relatório do Serviço Médico e Administrativo do Hospital do Conde Ferreira relativo ao primeiro biénio (1883-1885)”. Porto, 1887. A. Maria de Senna foi o primeiro director do primeiro hospital de alienados construído de raiz em Portugal, onde protagonizou a disputa que os médicos de então fizeram da loucura: disputando-a aos padres e às crenças populares.

A crise da cidade orgânica¹⁴ (Donzelot e Jaillet, 1999) que se vem tornando nítida nas últimas décadas tem feito renascer o tema da insegurança. Esta designa, no discurso político que fez dela um dos seus refrões, “quer o medo do crime, quer a falta de adesão ao sistema normativo. Ascendeu à categoria de preocupação nacional associada ao recrudescimento dum sentimento de insegurança, isto é, manifestações de inquietação, perturbação ou de medo quer individuais quer colectivas, cristalizadas sobre o crime.” (Lourenço e Lisboa, 1996) Ou seja, o sentimento de insegurança “é a expressão subjectiva da vulnerabilidade cada vez maior da estrutura social das sociedades complexas”. Este sentimento “é signo da desintegração e tributo a pagar nas sociedades complexas e desenvolvidas” (Roché, 1994) Regresso, pois, aos fantasmas da cidade gigante e obscura, que dilui no anonimato figuras cuja perigosidade se liga à desintegração, ao desenraizamento e à vagabundagem. As “violências hard” de Lipovetsky (1983) protagonizadas pelos “desclassificados”, a “*galère*” de Dubet (Dubet e Lapeyronnie, 1992) protagonizada por um mundo juvenil que é mais anómico do que delinquente e que se exprime mais pela raiva do que pelo crime ao estilo clássico, a “subcultura feroz” protagonizada pelo *underclass* (Wacquant, 1996, a propósito do que dizem os jornais) – eis os actores e as manifestações que fazem os analistas retomar o tema novecentista das classes perigosas. Dubet e Graham e Clarke sugerem directamente esta continuidade histórica, o primeiro a propósito dos “*jeunes en survie*” da “*galère*”, o segundo a propósito dos grupos heterogêneos da *underclass* e ambos a propósito dos “espaços perigosos” da *banlieue* ou do *ghetto*.

O fenómeno droga é hoje aquele sobre o qual convergem os elementos que já vimos serem importantes na génese do sentimento de insegurança: criminalidade predatória e cidade desqualificada. Acresce ainda um elemento perturbador exclusivo do “drogado”: o da alteração voluntária da consciência, que tem instigado sobre si um imaginário de desordem. E nas palavras de Agra (1982), numa sociedade que funda a sua ordem actual na informação e na comunicação, ele é ruído (interferência da droga no corpo – desordem bioquímica), descomunicação (interferência da droga na psique – psicopatologia) e transgressão (interferência da droga no tecido social)

Sobretudo desde os anos 80, em que o mercado se organiza em torno das drogas duras e se desloca para as zonas periféricas e degradadas do tecido urbano, a relação entre droga, crise da cidade e sentimento de insegurança é notória, organizando-se em torno de dois elementos: o espacial (“hiper-mercado das drogas”, zona vivida como perigosa no discurso

¹⁴ Na análise de Donzelot a cidade orgânica está a transformar-se gradualmente na cidade pós-moderna, multicêntrica e estruturada em redes e nós imateriais que se organizam e comunicam por sob o território. A cidade orgânica, pelo contrário, construiu-se a partir da fábrica e a partir do centro - é a cidade de ouro da industrialização – e apresenta como características: uma divisão social e funcional do espaço num processo de continuidade, organização essa, que é gerada pela industrialização; a adequação entre posição social, estatuto residencial e localização na cidade; efeitos de notoriedade e de estigmatização que reforçam a segregação social produzida pela hierarquia do trabalho. Define-se por homologia com a solidariedade orgânica da sociedade de Durkheim. É uma cidade que segrega, mas que também integra, promovendo trajectórias socio-profissionais ascendentes e absorvendo vagas sucessivas de imigrantes. Em suma, é um espaço comum, público, que permite à sociedade representar-se na sua diversidade e unidade.

social) e o individual (o “junkie”, concentrador de riscos sanitário e delinquencial, vivido como potencial agressor pelo discurso social) “As formas explicativas deslocam-se então para a droga-delinquência. Ela é fenómeno de mercado, há “mercearias” um pouco por toda a parte numa cidade paralela, feita de recantos e trocas ilegais. (...) Do toxicómano juvenil passamos ao *junkie*, a quem as autoridades e a comunicação social imputam o aumento da criminalidade e da insegurança urbana. Os actores hibridam-se, concretizam-se em novos personagens: o *junkie-dealer* (o “traficante-consumidor”), o sem-abrigo-*junkie* (os mendigos pós-modernos), o ex-recluso-*dealer*, a prostituta-*junkie*, o polícia-que-afinal-é-*dealer*, o adolescente desescolarizado-angariador-de-*junkies*, a senhora idosa do bairro-vendedora de limões, a “velhota”-que-deixa-guardar-pó-em-sua-casa, e finalmente o recém-aparecido arrumador de automóveis.” (Fernandes, 1995)

1.3 – Exclusão social e sentimento de insegurança

Estamos agora em condições de identificar contingências discursivas idênticas tanto em relação à exclusão social como ao sentimento de insegurança: ambiguidade, fluidez e carácter vago das suas definições, salientadas pelos principais autores em cada um dos temas; recobrem sob a mesma etiqueta situações, comportamentos e actores que, não fora o facto de, por um critério arbitrário, entrarem todos nas categorias “exclusão social” e “insegurança urbana”, muito pouco teriam em comum.

Estas semelhanças não resultam de nenhuma coincidência, mas do processo de construção histórica de que são objecto, bem como, na actualidade, dos emissores que em primeira instância os nomeiam e manipulam: as instâncias sócio-políticas. O seu isomorfismo é, portanto, histórico. Não o remetemos para a história para lhes iludirmos as origens do cruzamento, perdido que estivesse no longe do tempo, mas para lhes procurarmos o palco desse encontro mútuo. E o palco parece ser a metrópole que, ao longo do séc. XIX e por efeito da Revolução Industrial , se constitui a partir dos núcleos de cidades que já dispunham de grande centralidade. Nestes contextos, a revolução industrial produz bens, mas gera simultaneamente resíduos. E a mão-de-obra sobrando, e acantonada em condições de habitat precárias, constitui um “resíduo social” (linguagem da época) que interfere e produz ruído. O “resíduo social” é hoje constituído por muitos habitantes da cidade fragmentada e dessolidarizada (Donzelot e Jaillet, 1999), equivalentes dos membros das classes laboriosas das primeiras cidades-dormitório em finais do séc. XIX. A periferia desqualificada é hoje sinónimo de perigosidade, bem como os enclaves de centro de cidade por trás da cena diurna valorizada: lugares da *obscena*, de concentração de economias subterrâneas e de actores

desviantes (*dealers* de rua, *junkies*, sem-abrigo, arrumadores de automóveis, delinquentes juvenis)¹⁵.

O que une figuras tão distantes temporalmente? “A cidade conhece hoje outro movimento e outro princípio organizador que não o industrial. Se no século passado se tratava de fixar uma população julgada perigosa, hoje trata-se de a tornar de novo móvel, de dissolver a sua aglomeração” (Donzelot e Jaillet, 1999) Expansão e crise são partes do mesmo processo e ocorrem em simultâneo, tanto na cidade industrial do séc. XIX como na pós-industrial do final do séc. XX: na primeira o crescimento da indústria faz emergir a periferia e os bairros problemáticos; na segunda, a queda da indústria desqualifica e afunda estas zonas. Se antes se tratava de disciplinar as classes laboriosas, trata-se hoje de gerir os inimpregáveis, posto que o trabalho industrial está em recessão e a cidade perdeu a capacidade integradora, cliva-se, retrai o privado, desertifica o público – e, separando, dessolidariza e exclui.

Une-as ainda a figura do *estranho* (à escola, ao trabalho, aos dispositivos de normalização clássicos), o *alien* que vem de fora e inseguriza (de fora e longe: o migrante, a etnia; de fora e perto: o desqualificado de periferia social, que habita um lugar na cidade fora da cidade) Eis, enfim, como convergem de novo hoje exclusão social e sentimento de insegurança.

2. Dificuldades de uma etnografia destes objectos

Sentimento de insegurança e exclusão social não são conceitos, mas áreas de convergência temática. Trazidas para as ciências sociais e humanas pelo discurso político são expressões que fazem recair sobre si uma multitude de sentidos que têm a grande cidade como território e os seus grupos-problema como actores. Temas dos anos 90, longe ainda de consensos e em estado de fragmentaridade nos estudos científicos, delimitam objectos cuja existência é, no entanto, já longa. À semelhança do que descreveu Foucault para os objectos da psicopatologia, também os da exclusão social e do sentimento de insegurança, ao longo do tempo, fazem suceder figuras e contextos que ora parecem na continuidade uns dos outros, ora parecem distintos; umas vezes recobrem-se entre si, desdobrando-se originando novas figuras, ora quase se apagam e desaparecem da centralidade discursiva. De qualquer modo habitam hoje uma região no centro da questão social – esforçámo-nos por lhes ler aqui linhagens e genealogias.

Do ponto de vista empírico, não são observáveis, pois carecem de consistência ou forma – ao invés, todas as formas de existência na urbe que vivem para lá do normativo, habitando liminaridades e interstícios, são ditas “exclusões” e podem alimentar sentimentos de insegurança... Dito de outro modo, tendo plena existência discursiva, não correspondem

¹⁵ Trabalhos recentes têm mostrado a importância destas figuras da marginalidade na construção do sentimento de insegurança: Chaves (1999) para o traficante de drogas, Fernandes (1998) e Quintas (1997) para o *junkie* de drogas ilegais, Manita (1997) para o criminoso sexual, o toxicodependente e outras figuras do delito urbano.

porém a evidências perceptivas. E sem estas, como desenhar dispositivos de investigação capazes de ir à espessura bruta do social extrair os “excluídos” ou o “sentimento de insegurança”?

Com estas dificuldades já nos confrontámos directamente na pesquisa aludida no início¹⁶: habituados que estávamos a “ver” as drogas em trabalhos etnográficos anteriores, partimos em busca do sentimento de insegurança nos espaços ditos de exclusão social. E, - surpresa dura - olhávamos mas não víamos... A insegurança não se vê; e, quanto aos excluídos, que dizer do material etnográfico em que descrevemos longamente a vida num “espaço perigoso”, evidenciando redes sociais, solidariedades, socializações, identidade de lugar e vinculações territoriais? Parafraseamos G. Fisher (1994): “Mesmo na margem desenvolvem-se processos sociais que possibilitam que os indivíduos ressocializem o próprio tecido que os dissocializa”.

O que queremos sublinhar é a frágil operatividade das noções de insegurança ou de exclusão; apesar de impregnarem o discurso socio-político e técnico-interventivo são, para os fins da investigação, objectos fluidos: nem solidez teórica, nem operatividade, nem evidência empírica.

Esta mesma dificuldade encontra-se se nos passarmos para o plano de quem tem de intervir: “A ideia de segurança cidadã apresentava tanto problemas de formulação como de concretização e tradução operativa. (...) Reconhecida a impossibilidade, tanto por problemas conceptuais como técnicos, de conhecer o grau de segurança real duma sociedade a partir duma quantificação exacta do que atenta contra ela, os esforços encaminharam-se no sentido de conhecer a percepção que os cidadãos tinham da sua própria segurança, ou seja, determinar o grau de segurança subjectiva” (Recasens, 1996) Não sendo fenómeno directamente acessível ao olhar, é objecto que faz falar um processo de construção social: “Esta segurança subjectiva obrigava a introduzir na análise da segurança processos de construção social de riscos, medos e percepções que se relacionavam directamente com o quadro socioeconómico em que os cidadãos desenvolvem as suas relações” (Recasens, 1996)

Porque sobrevivem então estas figuras? Procuremo-lhes a razão do seu êxito nas significações que são capazes de fazer surgir quando procuramos ler o devir do social.

3. As significações das categorias “exclusão social” e “sentimento de insegurança”

“No interior do homem tradicional, pertencendo à sua sociedade de costumes, uma parte nova se cria e se desprende, adquirindo uma distância psicológica e uma capacidade de autonomia em relação aos usos da cidade” (Mendel, 1983) A cidade de que nos fala G. Mendel era a medieval, onde o indivíduo se encontrava imerso na linhagem, na ancestralidade, e fixo a uma posição social – era elo de cadeia. A autonomização da esfera psicológica – criação do sujeito progressivamente mais desafiado da pequena comunidade –

¹⁶ Ver nota nº1.

ocorrerá ao longo de toda a modernidade. Culminará no “indivíduo sem pertença” (Mendel), entregue a si, autônomo e responsável, confrontado com a tarefa de “harmonizar as suas pertencas diversas, inventar a *pequena música interior* duma identidade pessoal, de fazer face à realidade”. O reverso da individualização e da autonomia é a insegurança - algo a que E. Fromm já chamou o medo à liberdade. A insegurança inscrever-se-ia, portanto, duma forma estrutural, na própria constituição do indivíduo contemporâneo. Não é uma insegurança circunstancial ou tangencial a factos mais ou menos ameaçadores que pudéssemos evitar ou eliminar (as “políticas de segurança”), mas uma *insegurança ontológica* (Young, 1999) Ligar-se-ia ao aumento da pluralidade nas sociedades actuais, cujas fontes seriam a diversificação dos estilos de vida, a globalização mediática e a emigração.

Nada se passa na alma que não se passe na cidade, terá dito Platão. Ora, o movimento de fragmentação detectável na evolução das formas de individualidade – da imersão na experiência da comunidade para a imersão na experiência narcísica – é também a que encontramos na evolução da cidade: da cidade promotora de integração própria do Estado-Providência à que, hoje, se fecha e retrai, fragmentando-se. “A cidade é percorrida por redes informais ou materiais: cidades dos fluxos, representada como um espaço de recursos, dá a cada um a possibilidade de traçar os seus próprios percursos, redes, sobre um princípio de liberdade e autonomia, em referência ao seu próprio desejo. (...) É a cidade emergente, informacional ou comunicacional.” (Donzelot e Jaillet, 1999)

Ao nível da organização do território encontramos igualmente a pluralidade de que falava Young. Só que este acréscimo de pluralidade produz um efeito paradoxal: uma exacerbação da reacção ao estranho, uma rigidez moral que pretende traçar linhas de novo normativas numa sociedade em que a normatividade tem vindo a relativizar-se indefinidamente – fruto, justamente, da pluralidade ... “Há uma série de metáforas com que se fala a forma como a cidade se produz: multipolar, fragmentada, estilhaçada, arquipélago, alveolar, mosaico... todas colocam a tónica na perda de unicidade da cidade. Não mais o centro unificador, não mais um sistema organizado numa lógica concêntrica centro/periferia; uma suburbanização e exo-urbanização crescentes; um agravamento das polarizações sociais” (Donzelot e Jaillet, 1999) São, pois, as próprias inscrições espaciais das convivências e tensões dos diferentes grupos urbanos que estão na base da insegurança: “É a cidade vivida como insegura, ameaça difusa de possíveis confrontos. Qualquer que seja o lugar onde habitam, por eleição ou por relegação, a atitude dos grupos é a de evitar uma relação com a alteridade.” (Donzelot e Jaillet, 1999)

Nota Final

“Que queremos nós, ‘pós-modernos’, fazer da violência? Conhecermo-nos conhecendo-a, interrogarmo-nos sobre o que nos acontece, tomando-a como sinal, ou irradiá-la da sociedade e da nossa condição como se ela nos fosse estranha?” (Agra, 1999)

Façamos das palavras de Agra as nossas. Troquemos violência por sentimento de insegurança ou exclusão social. O medo do crime é um ponto de cristalização, e não a causa profunda, do sentimento de insegurança. A insegurança ontológica constitui um pano de fundo das nossas existências, que vamos dirigindo como movimento de catarse para objectos concretos como o toxicodependente, o delinquente juvenil, o excluído, o desempregado, o habitante do *ghetto*... Estes são os objectos sobre os quais podemos produzir evidência empírica. Utilizá-los para a construção de categorias como o sentimento de insegurança ou a exclusão social releva dum exercício hermenêutico, que Agra já esboçou a propósito duma outra categoria difusa: a violência: “O ponto de vista hermenêutico procura a interpretação, compreende, extrai sentidos e intencionalidades. Várias questões se colocam neste ponto de vista. Qual o sentido da recente emergência do discurso sobre a violência? Que instâncias a delimitam (...) com que esquemas de leitura? (...) Em que áreas sociais de emergência?” (Agra, 1999)

Estas categorias pedem a integração do empírico com o hermenêutico. E é nesta interface que têm de readquirir rigor, invertendo o curso da sua inflação discursiva actual, que as utiliza maciçamente, aplicando-as a inúmeros actores e situações.

Correspondência: *José Luís Fernandes, faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua do Campo Alegre, 1055 4169 – 004 PORTO*

Bibliografia

- ACKERMAN, W., DULONG, R. e JEUDY, H.-P. (1983) *Imaginaires de l'insecurité*, Paris: Librairie des Méridiens.
- AGRA, C. (1982) “A Toxicomania: desordens bioquímicas e ordem social”, *Psicologia*, vol.III, nº 3 e 4, 71-88.
- AGRA, C. (1999) “A violência ‘hard’ e a violência ‘soft’. Exercício para uma teoria crítica das violências”, *Separata dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. xxxix (3-4)
- BRUTO DA COSTA, (1998) *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- CASTEL, R. (1996) "Les marginaux dans l'histoire", in S. Paugam (org.) *L'exclusion: l'état des savoirs*,. Paris: Org. La Découverte.
- CHAVES, M (1999) *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CHEVALIER, L.(1984) *Classes labourieuses et classes dangereuses*, Paris: Hachette.
- DONZELOT, J. e JAILLET, M.C. (1999) "Fragmentation urbaine et zones défavorisées: le risque de désolidarization", *Hommes & Migrations*, nº1217, Jan-Fev, 5-17.
- DUBET, F. e LAPEYRONNIE, D. (1992) *Les quartiers d'exil*, Paris: Éditions du Seuil.
- FATELA, J. (1999) "Les mille visages du vadio portugais", in A. Gueslin et D. Kalifa (orgs.), *Les exclus en Europe 1830-1930*, Paris: Les Éditions de l'Ardier.
- FERNANDES, L. (1995) “O sítio das drogas. Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos” *Toxicodependências*. 1, nº2, 22-32.

- FERNANDES, L. e NEVES, T. (1997; 1999) *Periferias urbanas, sentimento de insegurança e controle social*, Porto: Observatório Permanente de Segurança. (Vol. I e II)
- FERNANDES, L. (1998) *O sítio das drogas*, Lisboa: Editorial Notícias.
- FISHER, G. (1994) *Psicologia Social do Ambiente*, Lisboa: Instituto Piaget.
- FONSECA, E. (1998) *Representação social da insegurança: crime e crise*, Porto: FPCEUP.
- FOUCAULT, M. (1972) *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1976) *Histoire de la Sexualité I: La volonté de savoir*, Paris: Gallimard.
- GRAHAM, P. e CLARKE, J. (1996) "Dangerous places: crime and the city", in J. Muncie e E. McLaughlin (orgs.) *The problem of crime*. Londres: Sage.
- IMBERT, G. (1992) *Los escenarios de la violencia*, Barcelona: Icaria Editorial.
- LAGRANGE, H. (1995) *La civilité à l'épreuve: crime et sentiment d'insecurité*, Paris: PUF.
- LEWIS, O. (1979; orig.1961) *Os filhos de Sánchez*, Lisboa: Moraes Editores.
- LIPOVETSKY, G. (1989) *A era do vazio*, Lisboa: Relógio d'Água.
- LOURENÇO, N. e LISBOA, M. (1996) "Violência, criminalidade e sentimento de insegurança", *Textos*, nº2, 45-64.
- MACHADO, C. e MANITA, C. (1997) *Percepções e figuras do medo na cidade do Porto*, Porto: Observatório Permanente de Segurança. (brochura)
- MANITA, C. (1998) *Auto-organização psicológica e transgressão*, Porto: FPCEUP.
- MENDEL, G. (1983) *54 millions d'individus sans appartenance*, Paris: Editons Robert Laffont.
- MORRIS, M. (1996) "Culture, structure, and the underclass", in B. Lykes, A. Banuazizi, R. Liem e M. Morris (orgs.) *Myths about the powerless*. Filadélfia: Temple University Press.
- PAUGAM, S. (org.) (1996) *L'exclusion: l'état des savoirs*, Paris: Ed. La Découverte.
- PROCACCI, G.(1996) "La naissance d'une rationalité moderne de la pauvreté", in S. Paugam (org.) *L'exclusion: l'état des savoirs*, Paris: Ed. La Découverte.
- QUINTAS, J. (1997) *Drogados e consumos de drogas: análise das representações Sociais*, Porto: FPCEUP.
- RECASENS, A.(1996) "La seguridad y el modelo policial español", *VII seminario "Duque de Ahumada": seguridad y Estado Autonomico*, Ministerio de Justicia y Interior.
- ROCHE, S.(1994) *Insecurité et liberté*, Paris: Ed. du Seuil.
- YOUNG, J. (1999) *The exclusive society: social exclusion, crime and difference in late modernity*, Londres: Sage.
- WACQUANT, L. (1996) "L'underclass urbaine dans l'imaginaire social et scientifique Américain", in S. Paugam (org.) *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Ed. La Découverte.